



RELATÓRIO INTERCALAR  
**CONTAS**  
**CONSOLIDADAS**

JUNHO

**2014**

# ÍNDICE

## 01.

Corpos Sociais.....03

## 02.

Indicadores Financeiros Consolidados.....05

## 03.

Relatório único de Gestão.....07

## 04.

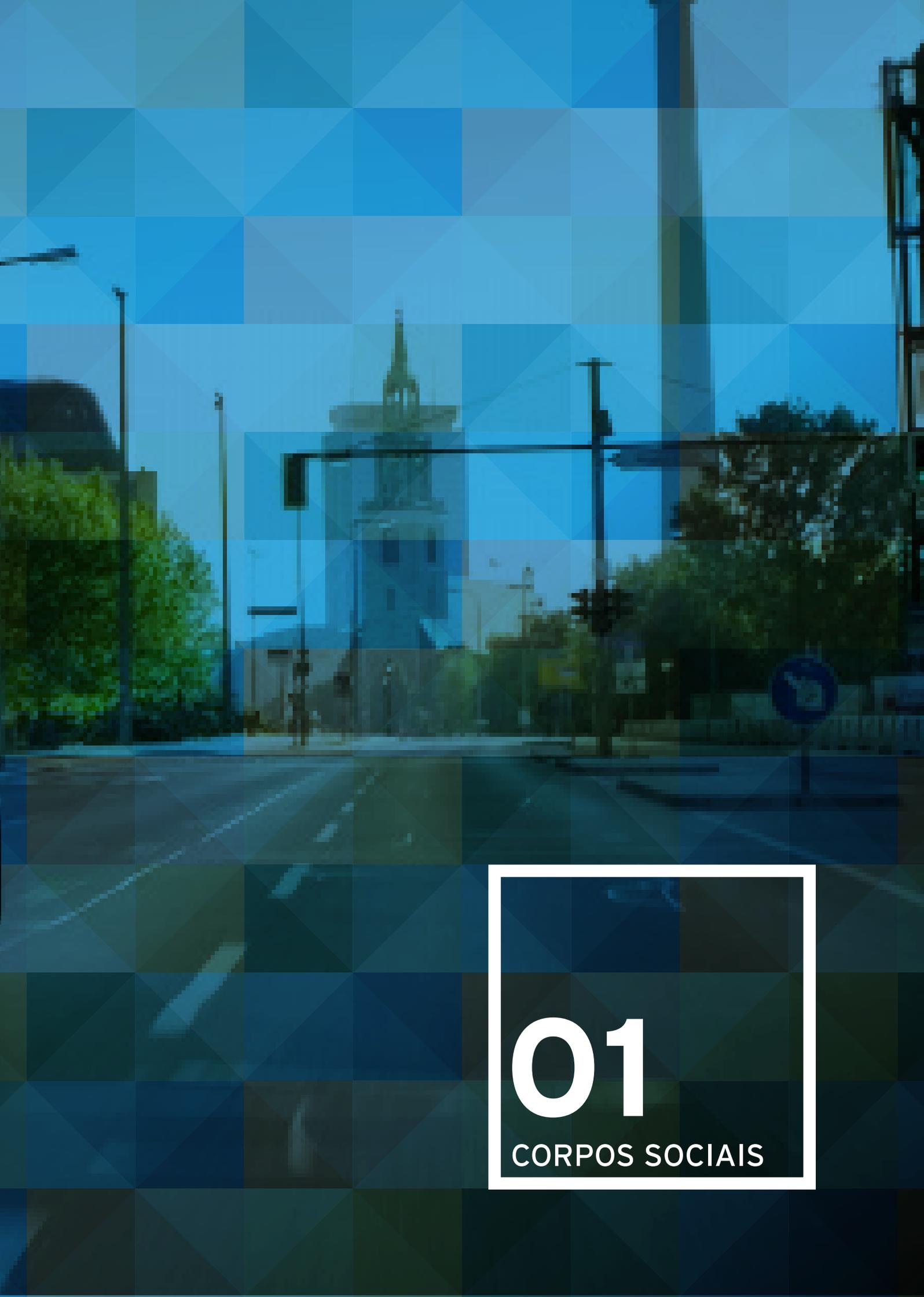
Demonstrações Financeiras.....22

## 05.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....73

## 06.

Relatório de Revisão.....75



# 01

CORPOS SOCIAIS

## CORPOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral

José Lourenço Abreu Teixeira ▪ Presidente  
Manuel Fernando Monteiro da Silva ▪ Vice-Presidente  
Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta ▪ 1º Secretário  
Maria Olívia Almeida Madureira ▪ 2º Secretário

### Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos ▪ Presidente  
Maria Angelina Martins Caetano Ramos ▪ Vogal  
Salvador Acácio Martins Caetano ▪ Vogal  
Miguel Pedro Caetano Ramos ▪ Vogal  
Takeshi Numa ▪ Vogal  
Daniele Schillaci ▪ Vogal  
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes ▪ Vogal  
Yoichi Sato ▪ Suplente

### Conselho Fiscal

José Domingos da Silva Fernandes ▪ Presidente  
Alberto Luís Lema Mandim ▪ Vogal  
Akito Takami ▪ Vogal  
Maria Lúvia Fernandes Alves ▪ Suplente  
Takao Gonno ▪ Suplente

### Revisor Oficial de Contas

José Pereira Alves, ou José Miguel Dantas  
Maio Marques em representação da PricewaterhouseCoopers  
& Associados ▪ Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
António Joaquim Brochado Correia ▪ Suplente



02

INDICADORES  
FINANCEIROS  
CONSOLIDADOS

	JUN-14	JUN-13	JUN-12
Volume de negócios	127.349.059	107.467.227	117.230.829
Cash-flow bruto	7.293.672	6.242.368	6.195.895
Encargos financeiros líquidos	585.814	1.009.932	1.632.907
Gastos com o pessoal	18.987.907	18.274.762	18.744.423
Investimento líquido	11.616.073	6.308.000	10.310.482
Volume de emprego	1.472	1.512	1.770
Resultado líquido com int não controlados	1.806.168	-998.184	-2.354.115
Resultado líquido sem int não controlados	1.811.382	-923.092	-2.235.808
Grau de autonomia financeira	58,22%	61,99%	53,80%



03

RELATÓRIO ÚNICO  
DE GESTÃO

## INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 246º número 1 alínea b) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório intercalar a seguir apresentado, contendo por cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal uma indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

Simultaneamente, ainda que de uma forma sintética, são também apresentadas as principais expectativas para o 2º semestre do exercício em curso.

## TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

### ATIVIDADE INDUSTRIAL

#### Unidade fabril de Ovar

O primeiro semestre foi marcado pelo aumento de produção. Na atividade Toyota, foram produzidas 761 unidades, o que corresponde a um crescimento de 24% face a igual período de 2013. O mercado de exportação registou um crescimento de 25% comparativamente com o 1º semestre de 2013, e no mercado nacional verificou-se um crescimento de 24,2%.

Para fazer face a este aumento de produção foi inclusive necessário recorrer a trabalho extraordinário durante os meses de maio e junho, ao abrigo do Acordo de banco de horas assinado com os colaboradores em exercícios anteriores.

Por sua vez na atividade de preparação de viaturas para entrega (PPO/PDI) verificou-se uma diminuição de 7% face a igual período do ano anterior.

PRODUÇÃO	2014 JAN-JUN	2013	2012	2011	2010
Unidades Físicas Toyota	761	1.111	1.381	2.025	2.553
Unidades Físicas Transformadas	1.252	2.339	2.174	4.274	6.316
Total Colaboradores	170	181	190	214	297

De referir, que fomos auditados pela Toyota Motor Europe relativamente ao “Facilities Assessment” (Avaliação da Gestão dos Equipamentos Críticos).

Ainda em maio, realizou-se a auditoria da APCER aos nossos sistemas de Gestão da Qualidade e Ambiente (ISO 9001:2008 e ISO 14001:2012).

Entretanto e como estimativa da atividade a ser desenvolvida no 2º semestre deste exercício, perspetiva-se a montagem de um pouco mais do que 900 unidades físicas Toyota e de cerca de 1.000 transformações, conseguindo-se assim níveis de ocupação produtiva que permitirão uma melhoria significativa dos resultados desta unidade fabril.

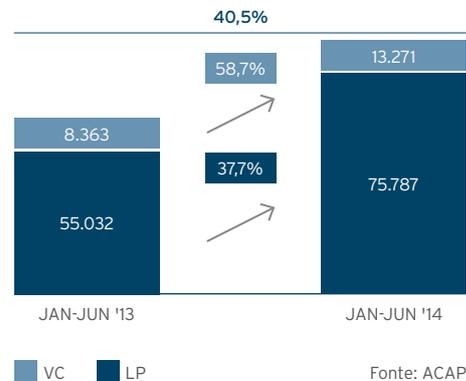
## ATIVIDADE COMERCIAL

### Viaturas

#### Mercado total

O 1º Semestre de 2014 apresentou uma forte recuperação, com o total de mercado a crescer cerca de 41%, totalizando 89.058 unidades.

Esta recuperação assenta na evolução positiva quer das viaturas de passageiros quer das viaturas comerciais que apresentam, respetivamente, um crescimento de 37,7% e 58,7%.



### TOYOTA

No primeiro semestre do ano, a Toyota apresenta um total de vendas de 3.638 unidades, traduzindo-se num crescimento de 30,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Estes resultam numa **quota de mercado total de 4,1% no primeiro semestre do ano.**



Face ao ambiente macroeconómico ainda envolto em incerteza, e com um mercado automóvel em crescimento acentuado, a performance da marca no primeiro semestre é explicada pelos seguintes fatores:

- Nos **Ligeiros de Passageiros**, a Toyota apresenta um crescimento de 28%, com uma quota de mercado de 3,9% (-0,3 p.p. face a 2013).

Esta evolução está sustentada no forte crescimento dos modelos Auris e Corolla, assim como da venda de viaturas híbridas. O decréscimo ao nível de quota de mercado fica a dever-se essencialmente ao facto dos nossos concorrentes terem crescido as suas vendas à base de negócio Rent-A-Car (que não acompanhamos), e ao crescimento do mercado premium.

- Nas **Viaturas Comerciais**, a Toyota apresenta um crescimento de cerca de 41%, com uma quota de mercado de 5,1% (-0,7 p.p. face a 2013).

A quebra na quota de mercado é justificada essencialmente pelo crescimento do segmento dos Combos, onde a Toyota não está presente (representa cerca de 50% do mercado das viaturas ligeiras de comerciais).

Destaque para o bom desempenho dos modelos Hilux e Dyna que ocupam o 1º lugar no ranking de vendas dos segmentos Pickup e Chassis Cabine com quotas de mercado de 28%.

Para o segundo semestre do ano, as perspetivas são favoráveis fruto do lançamento de novos produtos, por nós considerados "core":

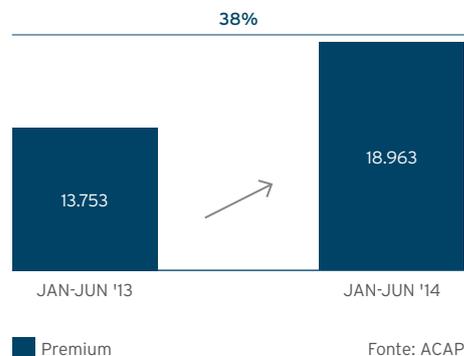
- Aygo (nova geração);
- Yaris (*restyling*).

## Mercado Premium

A evolução do mercado premium no 1º semestre de 2014 foi bastante positiva. Este segmento de mercado apresentou um crescimento considerável de 38%, em linha com o registado no mercado total de passageiros.

Esta realidade implica a manutenção do peso do mercado premium no total de mercado de passageiros de cerca de 25%. Esta performance é justificada por:

- Alargamento da oferta das marcas premium em novos segmentos e motorizações (híbridos e elétricos);
- Agressividade comercial das principais marcas premium.

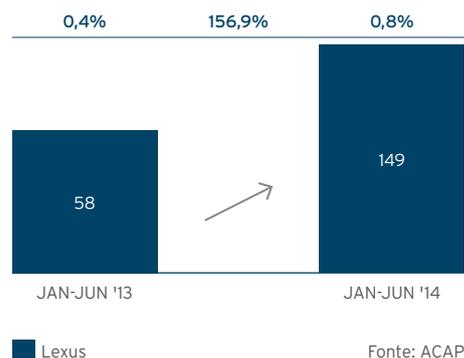


## LEXUS

Com um comportamento bastante superior ao registado pelo mercado, a Lexus apresenta um crescimento face ao ano transato, de 157%, o que permitiu alcançar uma quota de mercado no segmento premium de 0,8% (+0,4 p.p. quando comparado com o mesmo período em 2013).

Este desempenho é justificado pelo acréscimo da competitividade comercial, suportada pela renovação progressiva da gama de modelos híbridos da marca, nomeadamente com o lançamento dos novos CT 200h, IS 300h e GS 300h.

Para o 2º semestre prevê-se uma evolução ainda mais favorável na performance de vendas da marca fruto do lançamento de um novo modelo: o novo SUV Lexus NX 300h.



## MÁQUINAS INDUSTRIAIS

### Equipamento Industrial Toyota

	MERCADO MMC			VENDAS TOYOTA + BT				
	1º SEM.		VAR.	1º SEM. '13		1º SEM. '14		VAR.
	'13	'14	%	QTD.	QUOTA	QTD.	QUOTA	%
Empilhadores Contrabalançados	362	505	39,5	56	15,5%	165	32,7%	194,6%
Equipamento de Armazém	515	627	21,7	166	32,2%	150	23,9%	-9,6%
<b>Total MMC</b>	<b>877</b>	<b>1132</b>	<b>29,1</b>	<b>222</b>	<b>25,3%</b>	<b>315</b>	<b>27,8%</b>	<b>41,9%</b>

Fonte : ACAP

## Mercado

O 1º semestre de 2014, parece querer confirmar a retoma do crescimento da atividade económica verificando-se que, globalmente, o mercado nacional de máquinas de movimentação de cargas (MMC) se comportou de forma positiva, registando um crescimento de 29,1% comparativamente com igual período de 2013.

Esta variação foi consubstanciada num crescimento dos segmentos contrabalançados em 39,5%, e equipamento de armazém em 21,7% respetivamente.

## Vendas Toyota + BT

**Globalmente** as vendas Toyota/BT cresceram 41,9%, mais do que o mercado, permitindo a manutenção e reforço da liderança da Toyota + BT com uma quota de mercado de 27,8%.

Em relação aos **Empilhadores Contrabalançados Toyota** foram vendidos, nos primeiros 6 meses do ano, 165 unidades, representando um crescimento de vendas de 194,6% e uma quota acumulada de 32,7%, o que indica que a atividade industrial está a ter melhor desempenho, permitindo assim algumas renovações de frota que vinham sendo adiadas nos últimos anos.

No tocante ao **Equipamento de Armazém BT** o volume de vendas decresceu 16 unidades comparativamente com igual período de 2013, o que não é relevante e representa uma certa estabilidade de vendas neste segmento, mantendo uma quota acumulada a junho de 23,9%.

## PEÇAS

### Vendas Globais

(milhares euros)

PRODUTO	VENDAS 1º SEM.'2013	VENDAS 1º SEM.'2014	VAR. % 2014/2013
Peças/Acessórios/Merchandising	17.139	16.184	-5,60%
Serviços Extracare/Assistência Total	326	329	0,90%
<b>Total</b>	<b>17.465</b>	<b>16.513</b>	<b>-5,50%</b>

A Divisão de Após Venda Toyota faturou, durante o primeiro semestre de 2014, um total de 16 milhões de euros, em peças, acessórios e merchandising. Este valor corresponde a um decréscimo de 5,6% relativamente ao primeiro semestre de 2013.

Relativamente à faturação dos serviços Extracare e Assistência Total registou-se um crescimento de 0,9% face ao primeiro semestre de 2013.

Gostaríamos no entanto de enfatizar que o comportamento global da área após venda no período em apreço se revelou francamente mais positivo do que o esperado, face às quebras do parque automóvel "assistível" verificadas nos últimos anos.

Apesar da recuperação verificada no primeiro semestre de 2014, na venda de viaturas, outros fatores como a diminuição e envelhecimento do parque automóvel e a diminuição da quilometragem média das viaturas, são adversos ao desenvolvimento do Após Venda do ramo automóvel.

Neste contexto em que o mercado automóvel é especialmente atingido, a TCAP manteve o seu empenho na dinamização de programas que contrariam os resultados deste clima económico desfavorável.

Destacamos algumas das medidas tomadas, no sentido de dinamizar a atividade do Após Venda:

- No corrente ano, manteve-se a oferta do contrato de manutenção 3 anos/45.000 Km na aquisição dos modelos Auris, Verso e nova geração Corolla;
- Foi prosseguida a Ação de Retenção de Clientes “Plano 5+”, que já havia decorrido no ano anterior, com preços especiais na mudança de óleo e filtro e outras ofertas;
- Atualização dos postais de aviso. Nos postais de aviso da revisão, é informado ao cliente o preço da próxima manutenção, bem como apresentadas sugestões de serviços e acessórios personalizadas para cada viatura. São igualmente efetuados contactos proativos para a marcação dos serviços;
- Novo serviço de marcação on-line para o cliente Toyota. Trata-se de mais uma ferramenta de retenção de clientes, disponibilizando ao cliente Toyota as facilidades das novas comunicações;
- Disponibilidade de novas ferramentas no portal que possibilita contactos proativos entre a concessão e o cliente;
- Disponibilidade dos “Contratos de Manutenção” para o modelo Verso 1.6 ;
- Acompanhamento contínuo e incentivo à venda dos produtos “oportunidades de negócio”;
- Divulgação contínua do negócio dos pneus, inserido em campanhas específicas, como por ex. o Big Team;
- O projeto “Receção Ativa” encontra-se em fase de implementação na rede de concessionários Toyota.

## CAETANO AUTO, S.A.

2014 apresenta-se como o ano do início da retoma no mercado automóvel nacional e a exploração da Caetano Auto acompanha essa tendência, permitindo registar já no 1º semestre de 2014 melhorias comparativamente a igual período do ano anterior.

Assim, o volume de negócios neste 1º semestre ultrapassa os 78 milhões de euros contra os 69 milhões do ano anterior. Por sua vez, entre viaturas novas e usadas neste 1º semestre a Caetano Auto vendeu 4.056 unidades contra as 3.455 de igual período do ano anterior (mais 17,4%).

Relativamente a despesas, a gestão cuidada de todos os gastos da Empresa permitiu que, apesar do crescimento registado nas vendas, as despesas registassem mesmo reduções comparativamente ao ano anterior, como foi o caso dos Fornecimentos e Serviços Externos que reduziram mais de 4% quando comparados com o 1º semestre de 2013.

Quanto às depreciações e amortizações estas continuam a representar mais de 1 milhão de euros por semestre, face ao património detido, sobretudo de imóveis, influenciando de forma significativa os resultados obtidos.

Assim, a Caetano Auto registou no 1º semestre de 2014 em termos individuais um resultado antes de impostos negativo de cerca de 378 mil euros, contra os 483 mil euros, igualmente negativos, atingidos em igual período de 2013.

Por último, uma nota para o facto dos valores aqui indicados como sendo do ano anterior, respeitarem à soma dos valores obtidos individualmente nas empresas Caetano Auto, Auto Partner, Caetano Colisão (Norte), Caetano Retail (Norte) II S.G.P.S. e Cais B, todas fusionadas na Caetano Auto em 30 de dezembro de 2013, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

## CAETANO AUTO CABO VERDE, S.A.

### Introdução

Os indicadores de atividade disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística em Cabo Verde, apontam para o abrandamento ao longo dos últimos meses do consumo privado, bem como do investimento, o que resultou na diminuição das importações de mercadorias.

A queda no consumo privado é notada essencialmente ao nível dos bens de consumo duradouro. Nas importações de bens de investimento a redução é sentida nos bens de equipamento e material de transporte, impactando diretamente na principal atividade desta Empresa.

Para além disso, um dos fatores de relevante importância na atividade das empresas foi a limitação de acesso ao crédito, imposto pelo Banco de Cabo Verde. A subida da proporção do crédito mal parado no total dos créditos concedidos a particulares, esteve na origem das medidas adotadas pelo Banco de Cabo Verde no sentido de preservar a solidez financeira dos bancos comerciais.

Todos estes fatores contribuíram decisivamente para reduzirem a performance obtida neste 1º semestre de 2014.

No entanto, através de medidas rigorosas de gestão e de uma reestruturação interna bem planeada, foi possível não só ultrapassar os condicionalismos atrás descritos como até promover algum aumento de atividade comercial, determinante para o equilíbrio económico-financeiro da Empresa.

## ATIVIDADE COMERCIAL

### Viaturas

MERCADO	MARCA	2014	2013	VARIAÇÃO
		1º SEMESTRE	1º SEMESTRE	QTD.
Veículos Ligeiros Passageiros	Toyota	37	10	27
	Daihatsu	0	3	-3
Veículos Comerciais Ligeiros	Toyota	45	48	-3
Veículos Comerciais Pesados	Toyota	46	32	14
		<b>128</b>	<b>93</b>	<b>35</b>

Os modelos que mais contribuíram para a diferença positiva foram:

Hiace (+17 Unid.), seguida do Yaris (+9 Unid) e Rav 4 (+8 Unid.).

É de salientar ainda a melhoria que foi possível obter nas margens brutas de comercialização, tanto por melhor negociação de preços com o fornecedor como pela qualidade intrínseca dos produtos, a qual sustentou alguns ajustamentos do preço final no consumidor.

### Após Venda

MERCADO	2014	2013	VARIAÇÃO
	1º SEMESTRE	1º SEMESTRE	QTD.
Peças/Acessórios	71.343.573	73.965.751	-2.622.178
Oficina (Mão de Obra)	11.412.137	15.764.945	-4.352.808
		<b>82.755.710</b>	<b>89.730.696</b>
			<b>-6.974.986</b>

(Valores em ECV)

Ao nível do Após Venda registou-se um aumento de vendas na mecânica de 2,5% e um decréscimo de 19,5% na colisão. No sentido de combater o desvio negativo na colisão foi celebrado com a Companhia de Seguros Garantia um Protocolo de cedência de viatura de substituição, logo após a passagem a definitivo do orçamento de reparação.

A redução global que se verificou no Após Venda tem também muito a ver com as unidades em operação, as quais baixaram significativamente, com a quebra de vendas de unidades novas verificada nos últimos anos. Baixando o parque "assistível" o negócio Após Venda ressentiu-se a médio prazo, razão pela qual é nosso entendimento que esta área demorará algo mais a recuperar da crise que atravessa Cabo Verde.

## CAETANO RENTING, S.A.

O 1º semestre terminou com um Volume de Negócios que ultrapassou os 1,5 milhões de Euros, o que representa uma diminuição de cerca de 11,8%, quando comparado com igual período do ano anterior.

Esta redução, deve-se ao facto de ter havido uma diminuição da frota total da empresa, a qual é composta atualmente por 1226 unidades, ou seja, menos 11,35%, comparativamente com o 1º semestre do ano transato.

No mês de junho foram adquiridas 210 unidades, para o segmento das RAC's, cujo impacto no Volume de Negócios apenas terá efeitos no semestre seguinte.

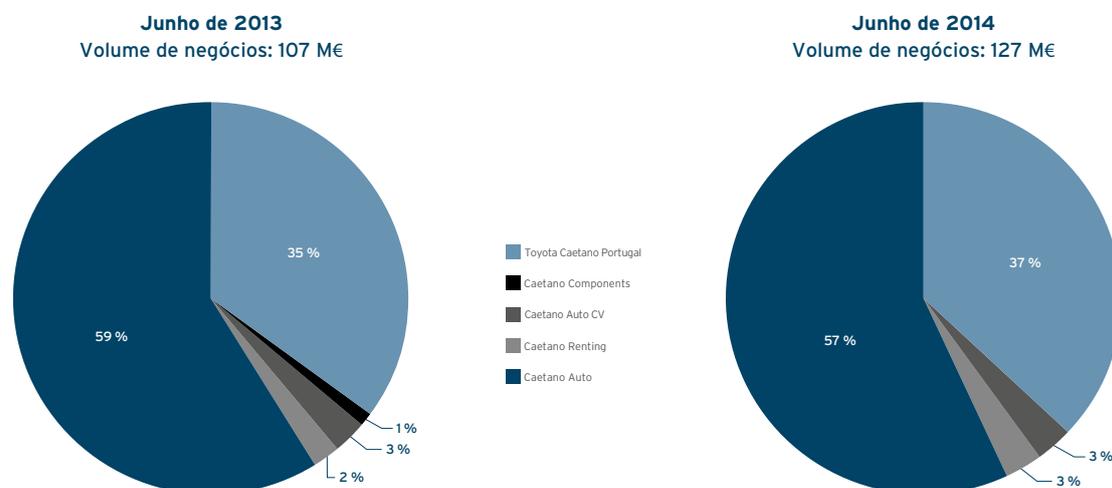
Temos boas perspetivas relativamente ao 2º semestre, já que está prevista a alienação de cerca de 560 viaturas das RAC's, as quais darão origem a mais-valias significativas, que contribuirão positivamente para o resultado final da empresa.

## ATIVIDADE FINANCEIRA

### Análise consolidada

No decorrer do segundo trimestre de 2014 não ocorreram alterações de participação no Grupo Toyota Caetano Portugal pelo que, à data, e face ao ano anterior, a variação de perímetro fica circunscrita à divulgada aquando da apresentação da informação do primeiro trimestre do corrente ano, nomeadamente a saída da empresa Movicargo, sociedade que se encontrava sem atividade operacional, e ainda a dissolução da Caetano Components.

Encontrando-se o Grupo Toyota Caetano Portugal essencialmente focalizado no setor automóvel, o desempenho positivo deste mercado, que cresceu cerca de 41% no primeiro semestre do ano, potenciou o incremento de atividade do Grupo. Assim, atingiu-se um volume de negócios consolidado de cerca de 127 milhões de euros, o que representa um crescimento de 19%, comparativamente ao período homólogo de 2013, com todas as participadas a contribuírem positivamente para o valor alcançado, não obstante o peso relativo apresentar uma ligeira contração da Caetano Auto por compensação de uma maior preponderância da empresa mãe. Esta situação encontra a sua principal justificação no excelente desempenho da atividade de venda e assistência de após venda de empilhadores que, com um volume de negócios de cerca de 5,5 milhões de euros, cresce 72% face ao valor conseguido em igual período de 2013.



O efetivo aumento de atividade registado neste semestre em análise, não foi acompanhado por uma manutenção de margem de comercialização, tendo-se verificado uma redução da mesma em cerca de 3 p.p. face ao período homólogo de 2013 ainda que a quebra seja justificada pela alteração do mix de produto comercializado, nomeadamente com o incremento da venda de viaturas. Em consequência, foi possível obter um EBITDA consolidado de cerca de 8,6 milhões de euros (6,8% do volume de negócios), superior ao obtido em 2013 em cerca de 1,4 milhões de euros.

O comportamento dos fatores de custo, tendo em conta o crescimento da faturação, foi positivo com especial incidência na redução da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos em cerca de 1,2 milhões de euros.

Os resultados operacionais consolidados de 2,9 milhões de euros, evidenciam uma notória recuperação face ao valor apurado em 2013, que se situou próximo do ponto crítico. Este agregado incorpora encargos com amortizações e depreciações de 5,7 milhões de euros, inferiores às registadas no ano anterior e fruto de algum desinvestimento em ativo fixo tangível.

Com uma dívida líquida de 27 milhões de euros, o Grupo gerou um resultado financeiro negativo em 586 mil euros, 42% abaixo do registado em 2013, onde se incorporou um resultado financeiro negativo de 1 milhão de euros, com uma dívida líquida de 22 milhões de euros. Face ao aumento do endividamento, diretamente relacionado com o incremento da atividade, a evolução positiva da rubrica de Resultados Financeiros foi possível, mercê da capacidade negocial com as entidades financiadoras com vista à obtenção de um melhor preço do financiamento, bem como à gestão eficaz da utilização de linhas de financiamento mais atrativas.

Assim, o Grupo encerrou o primeiro semestre de 2014 com um resultado antes de impostos de cerca de 2,3 milhões de euros, quando em 2013, no mesmo período, incorreu em prejuízos de 644 mil euros, fruto de uma melhoria generalizada da atividade e de menores gastos financeiros suportados.

O grau de autonomia financeira de 58% continua a evidenciar estabilidade da estrutura de capitais.

A título de síntese, encontra-se abaixo um painel de agregados capazes de identificar o sentido de evolução do Grupo Toyota Caetano Portugal, tendo como unidade monetária milhares de euros.

	JUN-13	JUN-14	VARIAÇÃO
Volume de negócios	107.467	127.349	18,5%
Lucro Bruto	25.747	26.924	4,6%
% (f) vendas	24,0%	21,1%	
E.B.I.T.D.A.	7.162	8.601	20,1%
% (f) vendas	6,7%	6,8%	
Resultado operacional	366	2.851	679,2%
% (f) vendas	0,3%	2,2%	
Resultados financeiros	-1.010	-586	42,0%
% (f) vendas	-0,9%	-0,5%	
Cash Flow Bruto	6.242	7.294	16,8%
% (f) vendas	5,8%	5,7%	
Resultado líquido consolidado	-998	1.806	280,9%
% (f) vendas	-0,9%	1,4%	
Dívida financeira líquida	21.753	26.888	23,6%
Grau de autonomia financeira	61,5%	58,2%	

## GESTÃO DE RISCOS

### CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc).

### RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

### RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

### RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

## EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do semestre em apreço até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes que devam ser aqui mencionados.

## DECLARAÇÃO

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao 1º semestre de 2014, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do CVM.

Vila Nova de Gaia, 28 de agosto de 2014

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos - Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos;

Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

## INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO E TRANSAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a alínea d) do artigos 9.º e do número 7 do artigo 14.º, ambos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS (Presidente do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A., da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2014, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2014 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COVIM - Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2014, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A. da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 30 de junho de 2014 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A., da qual é Vice-Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2014, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada.

A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2014 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COVIM - Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2014, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A. da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 30 de junho de 2014 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A., da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2014, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2014 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A. da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 30 de junho de 2014 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A., da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2014, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada.

TAKESHI NUMA (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações.

DANIELE SCHILLACI (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações.

RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 30 de junho de 2014 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada.

TAKESHI NUMA (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações.

DANIELE SCHILLACI (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações.

YOICHO SATO (Suplente do Conselho de Administração): - Não tem ações nem obrigações.

## CONSELHO FISCAL

José Domingos da Silva Fernandes - Não tem ações nem obrigações.

Akito Takami - Não tem ações nem obrigações.

Alberto Luís Lema Mandim - Não tem ações nem obrigações.

Maria Lívia Fernandes Alves (Suplente do Conselho Fiscal) - Não tem ações nem obrigações

Takao Gonno (Suplente do Conselho Fiscal) - Não tem ações nem obrigações

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo José Pereira Alves, ou pelo José Miguel Dantas Maio Marques - Não tem ações nem obrigações.

## INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(NOS TERMOS DO ARTIGO 448º DO C.S.C.)

### Participações superiores a um décimo do capital

ACIONISTAS	AÇÕES DETIDAS EM 31/12/2013	AÇÕES ADQUIRIDAS EM 2014	AÇÕES VENDIDAS EM 2014	AÇÕES DETIDAS EM 30/06/2014
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	-	-	9.450.000

### Participações superiores a metade do capital

ACIONISTAS	AÇÕES DETIDAS EM 31/12/2013	AÇÕES ADQUIRIDAS EM 2014	AÇÕES VENDIDAS EM 2014	AÇÕES DETIDAS EM 30/06/2014
GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A.	21.288.281	-	-	21.288.281

### Lista de participações qualificadas superiores a 2% do capital social

ACIONISTA	AÇÕES	% DOS DIREITOS DE VOTO
GRUPO SALVADOR CAETANO - S.G.P.S., S.A.	21.288.281	60,824
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	27,000
SALVADOR FERNANDES CAETANO (HERDEIROS DE)	1.399.255	3,998



04

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

**Demonstração da posição financeira consolidada em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013**

(Montantes expressos em Euros)

<b>ACIONISTA</b>	<b>NOTAS</b>	<b>30/06/14</b>	<b>31/12/13</b>
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
<i>Goodwill</i>	7	611.997	611.997
Ativos intangíveis	8	510.735	584.075
Ativos fixos tangíveis	5	80.277.024	74.570.014
Propriedades de investimento	6	16.696.796	16.502.727
Investimentos disponíveis para venda	9	3.380.035	3.341.376
Ativos por impostos diferidos	14	2.554.495	2.871.892
Clientes	11	531.917	521.364
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>104.562.999</b>	<b>99.003.445</b>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	10	49.204.947	43.293.137
Clientes	11	52.301.609	44.361.619
Outras dívidas de terceiros	12	6.394.252	6.486.025
Estado e outros entes públicos	20	1.923.520	7
Outros ativos correntes	13	2.408.622	1.325.550
Caixa e equivalentes a caixa	4	8.640.515	7.676.781
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>120.873.465</b>	<b>103.143.119</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>225.436.464</b>	<b>202.146.564</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	15	35.000.000	35.000.000
Reserva legal	15	7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação	15	6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão	15	(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor	15	299.352	260.693
Outras reservas		80.495.016	80.429.549
Resultado consolidado líquido do exercício		1.811.382	60.656
		129.604.599	127.749.747
Interesses não controlados	16	1.639.507	1.646.250
<b>Total do capital próprio</b>		<b>131.244.106</b>	<b>129.395.997</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	17	14.117.487	13.135.539
Provisões	23	310.712	323.424
Passivos por impostos diferidos	14	2.089.843	2.089.843
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>16.518.042</b>	<b>15.548.806</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	17	21.410.879	13.586.846
Fornecedores	18	30.464.290	22.792.534
Outras dívidas a terceiros	19	1.168.183	1.619.969
Estado e outros entes públicos	20	7.068.825	5.067.123
Outros passivos correntes	21	17.398.465	14.015.767
Instrumentos financeiros derivados	24	163.674	119.522
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>77.674.316</b>	<b>57.201.761</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>94.192.358</b>	<b>72.750.567</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>225.436.464</b>	<b>202.146.564</b>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2014.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

**Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013**

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	30/06/14	01/04 A 30/06/2014 (NÃO AUDITADO)	30/06/13	01/04 A 30/06/2013 (NÃO AUDITADO)
<b>RENDIMENTOS OPERACIONAIS:</b>					
Vendas	26	118.070.724	65.131.908	98.691.430	53.840.273
Prestações de serviços	26	9.278.335	4.646.257	8.775.797	4.423.208
Outros rendimentos operacionais	29	16.255.041	8.762.962	16.841.971	8.177.714
Variação da produção	10	1.687.497	1.014.949	705.030	389.812
Total de rendimentos operacionais		145.291.597	79.556.076	125.014.228	66.831.007
<b>GASTOS OPERACIONAIS:</b>					
Custo das vendas	10	(100.425.033)	(57.527.536)	(81.720.169)	(45.087.454)
Fornecimentos e serviços externos	27	(15.834.608)	(7.011.744)	(17.008.440)	(8.871.378)
Gastos com o pessoal	28	(18.987.907)	(9.850.159)	(18.274.762)	(9.359.203)
Amortizações e depreciações	5,6 e 8	(5.749.675)	(3.022.034)	(6.796.289)	(3.472.422)
Provisões e perdas por imparidade	23	(493.389)	(192.203)	126.539	160.725
Outros gastos operacionais	29	(949.695)	(512.768)	(975.160)	(421.261)
Total de gastos operacionais		(142.440.307)	(78.116.444)	(124.648.281)	(67.050.993)
Resultados operacionais		2.851.290	1.439.632	365.947	(219.986)
Gastos e perdas financeiros	30	(698.463)	(365.349)	(1.499.913)	(679.115)
Rendimentos e ganhos financeiros	30	112.649	53.540	489.981	244.696
Resultados antes de impostos		2.265.476	1.127.823	(643.985)	(654.405)
Impostos sobre o rendimento de operações continuadas	25	(459.308)	(29.333)	(354.199)	(127.776)
Resultado líquido consolidado do exercício		1.806.168	1.098.490	(998.184)	(782.181)

**RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS**

## ATRIBUÍVEL:

ao Grupo		1.811.382	1.090.340	(923.092)	(712.260)
a interesses não controlados		(5.214)	8.150	(75.092)	(69.921)
		1.806.168	1.098.490	(998.184)	(782.181)

**RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS**

## ATRIBUÍVEL:

ao Grupo		-	-	-	-
a interesses não controlados		-	-	-	-
		-	-	-	-

**RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO**

## ATRIBUÍVEL:

ao Grupo		1.811.382	1.090.340	(923.092)	(712.260)
a interesses não controlados		(5.214)	8.150	(75.092)	(69.921)
		1.806.168	1.098.490	(998.184)	(782.181)

**RESULTADOS POR AÇÃO:**

de operações continuadas	36	0,052	0,031	-0,029	-0,022
de operações descontinuadas		-	-	-	-
básico		0,052	0,031	-0,029	-0,022
de operações continuadas	36	0,052	0,031	-0,029	-0,022
de operações descontinuadas		-	-	-	-
diluído		0,052	0,031	-0,029	-0,022

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2014.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

## Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	SUBTOTAL	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	102.455	84.174.774	96.276.078	(2.853.034)	128.423.044	812.346	129.235.390
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Aplicação do resultado consolidado de 2012	-	-	-	-	-	(2.853.034)	(2.853.034)	2.853.034	-	-	-
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	78.713	-	78.713	-	78.713	-	78.713
Outros	-	-	-	-	-	2.330	2.330	-	2.330	(3.387)	(1.057)
<b>Resultado Líquido Consolidado</b>	-	-	-	-	78.713	(2.850.704)	(2.771.991)	2.853.034	81.043	(3.387)	77.656
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	78.713	-	78.713	(923.092)	(923.092)	(75.092)	(998.184)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013</b>	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	181.168	81.324.070	93.504.087	(923.092)	127.580.995	733.867	128.314.862
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	260.693	80.429.549	92.689.091	60.656	127.749.747	1.646.250	129.395.997
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Aplicação do resultado consolidado de 2013	-	-	-	-	-	60.656	60.656	(60.656)	-	-	-
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	38.659	-	38.659	-	38.659	-	38.659
Outros	-	-	-	-	-	4.811	4.811	-	4.811	(1.529)	3.282
<b>Resultado Líquido Consolidado</b>	-	-	-	-	38.659	65.467	104.126	(60.656)	43.470	(1.529)	41.941
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	38.659	-	38.659	1.811.382	1.811.382	(5.214)	1.806.168
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	299.352	80.495.016	92.793.217	1.811.382	129.604.599	1.639.507	131.244.106

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2014.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

**Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013**

(Montantes expressos em Euros)

	IAS/IFRS 30/06/14	IAS/IFRS 30/06/13
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses não controlados	1.806.168	(998.184)
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto, passíveis de serem reciclados por resultados:		
Variação do justo valor de investimentos disponíveis para venda	38.659	78.713
Rendimento integral consolidado do período	1.844.827	(919.471)
Atribuível a:		
Acionistas da empresa mãe	1.850.041	(844.379)
Interesses não controlados	(5.214)	(75.092)

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2014.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

**Demonstração dos fluxos de caixa consolidados**

(Montantes expressos em Euros)

<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>30/06/14</b>		<b>30/06/13</b>	
Recebimentos de Clientes	118.023.325		120.111.772	
Pagamentos a Fornecedores	(112.480.616)		(88.680.875)	
Pagamentos ao Pessoal	(16.634.313)		(15.282.519)	
Fluxo gerado pelas Operações		(11.091.604)		16.148.378
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		(321.304)		(680.273)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional		7.402.022		(1.703.594)
Fluxo das Atividades Operacionais		(4.010.886)		13.764.511

**ATIVIDADES DE INVESTIMENTO**

Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros	408.453		-	
Ativos Fixos Tangíveis	1.731.188		4.320.490	
Subsídios de Investimento	4.074		9.972	
Juros e Rendimentos Similares	46.460		66.723	
Dividendos	-	2.190.175	-	4.397.185
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos Fixos Tangíveis	(2.051.638)		(3.169.013)	
Ativos Intangíveis	(14.811)	(2.066.449)	(5.000)	(3.174.013)
Fluxo das Atividades de Investimento		123.726		1.223.172

**ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	7.672.678		16.437	
Subsídios e doações	-	7.672.678	-	16.437
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Obtidos	(1.466.409)		(12.293.909)	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	(512.642)		(2.247.188)	
Juros e Gastos Similares	(773.439)		(1.562.422)	
Dividendos	(6.240)	(2.758.730)	(7.558)	(16.111.077)
Fluxo das Atividades de Financiamento		4.913.948		16.094.640

**CAIXA E EQUIVALENTES**

Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 4)	7.676.781	7.507.699
Varição Operações descontinuadas		
Varição do Perímetro (Nota 5)	63.054	
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 4)	8.640.515	6.400.742
Varição de Caixa e Seus Equivalentes	1.026.788	(1.106.957)

**Anexo à demonstração de fluxos de caixa consolidados  
Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes**

<b>RUBRICAS</b>	<b>30/06/14</b>	<b>30/06/13</b>
Numerário	115.781	152.577
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	8.524.158	6.246.191
Equivalentes a Caixa	576	1.974
Caixa e Seus Equivalentes	8.640.515	6.400.742
Disponibilidades Constantes do Balanço	8.640.515	6.400.742

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2014.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua atividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

Em 30 de junho de 2014, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são as que constam da Nota 3.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.3.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 - “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras intercalares, preparadas de acordo com o normativo referido não incluem a totalidade da informação a ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, pelo que deverão ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2013, presente nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foi sujeita a auditoria.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, foram adotadas pela primeira vez neste período:

**a) Normas e Interpretações que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de janeiro de 2014:****(i) Normas:**

**IAS 32** (alteração) 'Compensação de ativos e passivos financeiros.' Esta alteração faz parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB, o qual visa clarificar o conceito de "deter atualmente o direito legal de compensação", e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

**IAS 36** (alteração) 'Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros'. Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

**IAS 39** (alteração) 'Novação de derivativos e continuidade da contabilidade de cobertura'. A alteração à IAS 39 permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

**Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27** - 'Entidades de investimento'. A alteração define uma Entidade de investimento ('Investment entities') e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qualifiquem como Entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgações específicas exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não é aplicável à Entidade, por não se qualificar como Entidade de investimento.

**IFRS 10 (nova)**, 'Demonstrações financeiras consolidadas'. A IFRS 10 substitui todos os procedimentos e orientações contabilísticas relativas a controlo e consolidação, incluídas na IAS 27 e na SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio fundamental de que uma entidade consolidada apresenta a empresa-mãe e as suas subsidiárias como uma única entidade, permanece inalterado. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

**IFRS 11 (nova)**, 'Acordos conjuntos'. A IFRS 11 foca-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em detrimento da sua forma legal. Os acordos conjuntos podem ser operações conjuntas (direitos sobre os ativos e obrigações) ou empreendimentos conjuntos (direitos sobre os ativos líquidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial). A consolidação proporcional de empreendimentos conjuntos deixa de ser permitida. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

**IFRS 12 (nova)**, 'Divulgação de interesses em outras entidades'. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todas as naturezas de interesses em outras entidades, como: subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas, de forma a permitir a avaliação da natureza, riscos e efeitos financeiros associados aos interesses da Entidade. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

**Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12**, 'Regime de transição'. Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contabilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adoção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contabilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12. . Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

**IAS 27 (revisão 2011)**, 'Demonstrações financeiras separadas'. A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

**IAS 28 (revisão 2011)**, 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos'. A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

**b) Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de julho de 2014 ou em data posterior:**

#### (i) Normas

**IAS 19 (alteração)**, 'Planos de benefícios definidos - Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço.

**IAS 16 e IAS 38 (alteração)**, 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no réditto obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva.

**IAS 16 e IAS 41 (alteração)**, 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 - Agricultura para a IAS 16 - Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 - Agricultura.

**IFRS 11 (alteração)**, 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 - concentrações de atividades empresariais.

**Melhorias às normas 2010 - 2012**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

**Melhorias às normas 2011 - 2013**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A Entidade irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2011-2013 no período em que se tornarem efetivas, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS.

**IFRS 9 (nova)**, 'Instrumentos financeiros - classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 corresponde à primeira parte do novo normativo IFRS para instrumentos financeiros, a qual prevê a existência de duas categorias de mensuração: custo amortizado e justo valor. Todos os instrumentos de capital próprio são mensurados ao justo valor. Os instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detenha para receber fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa correspondam a capital/valor nominal e juros. Caso contrário, os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor através de resultados.

**IFRS 9 (alteração)**, 'Instrumentos financeiros - contabilidade de cobertura' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração corresponde à terceira fase da IFRS 9, e reflete uma revisão substancial das regras de contabilidade de cobertura da IAS 39, eliminando a avaliação quantitativa da eficácia da cobertura, permitindo que um maior número de itens possa ser elegível como itens cobertos, e permitindo o diferimento de determinados impactos de instrumentos de cobertura em Outros rendimentos integrais. Esta alteração visa aproximar a contabilidade de cobertura às práticas de gestão de risco da Entidade.

**IFRS 14 (nova)**, 'Desvios tarifários' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos/passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente.

**IFRS 15 (nova)**, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos".

#### (ii) Interpretações:

**IFRIC 21 (nova)**, 'Taxas do governo' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 17 de junho de 2014). A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento

## 2.2 Princípios de consolidação e principais critérios valorimétricos

as presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas divulgadas no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2014.

### Política de gestão de riscos financeiros

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito. Conforme referido anteriormente, os mesmos encontram-se devidamente descritos no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013.

Neste contexto, apresentam-se, em seguida, alguns indicadores de risco a 30 de junho de 2014, considerados particularmente relevantes:

### i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto CV), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash flows. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados (forwards cambiais), como forma de gestão do risco cambial.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-Mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e rendimentos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão".

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013 apresenta-se como se segue:

	ATIVOS			PASSIVOS		
	JUN-14	DEZ-13	JUN-13	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6.435.087	6.675.943	6.812.021	680.975	946.903	1.000.163
Libra Esterlina (GBP)	237.229	348.887	192.976	-	545	-
Coroa Sueca (SEK)	19.932	40.849	101.618	-	2.176	-
Yene Japonês (JPY)	-	-	-	135.863	161.573	211.891
Dólar Americano (USD)	201	-	10.542	-	9.258	-
Coroa Norueguesa (NOK)	-	80.142	1.227	-	-	-
Coroa Dinamarquesa (DKK)	248.249	188.709	51.313	-	-	-

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIAÇÃO	JUN-14		DEZ-13	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Libra Esterlina (GBP)	5%	11.861	-	17.417	-
Coroa Sueca (SEK)	5%	997	-	1.934	-
Yene Japonês (JPY)	5%	(6.793)	-	(8.079)	-
Dólar Americano (USD)	5%	10	-	(463)	-
Coroa Norueguesa (NOK)	5%	-	-	4.007	-
Coroa Dinamarquesa (DKK)	5%	12.412	-	9.435	-

Relativamente à sensibilidade de variações da taxa de câmbio do Escudo de Cabo Verde (CVE), dado que a taxa de câmbio definida não sofre alterações, o Grupo não tem risco cambial associado.

## ii) Risco de preço

O Grupo está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2014 e 2013, esteve exposto ao risco de variação de preço dos “Investimentos financeiros disponíveis para venda”. Aquela rubrica é composta em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013 unicamente por Unidades de Participação do Cível - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação de Investimentos financeiros disponíveis para venda pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIAÇÃO	JUN-14		DEZ-13		JUN-13	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
FUNDO CIMOVEL	10%	-	331.330	-	327.464	-	319.511
FUNDO CIMOVEL	- 10%	-	(331.330)	-	(327.464)	-	(319.511)

## ii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIAÇÃO	JUN-14		DEZ-13		JUN-13	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Empréstimo - mútuo	1 p.p.	88.158	-	97.368	-	106.579	-
Contas correntes caucionadas	1 p.p.	100.000	-	100.000	-	100.000	-
Descobertos Bancários	1 p.p.	204	-	-	-	1.777	-
Papel Comercial	1 p.p.	74.000	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>262.362</b>	<b>-</b>	<b>197.368</b>	<b>-</b>	<b>208.356</b>	<b>-</b>
Empréstimo - mútuo	(1 p.p.)	(88.158)	-	(97.368)	-	(106.579)	-
Contas correntes caucionadas	(1 p.p.)	(100.000)	-	(100.000)	-	(100.000)	-
Descobertos Bancários	(1 p.p.)	(204)	-	-	-	(1.777)	-
Papel Comercial	(1 p.p.)	(74.000)	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>(262.362)</b>	<b>-</b>	<b>(197.368)</b>	<b>-</b>	<b>(208.356)</b>	<b>-</b>

A análise acima não entra em consideração com o efeito de instrumentos financeiros derivados de cobertura contratados pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro.

#### iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 26.887.851 Euros e 19.045.604 Euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 17) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) contratados junto de diversas instituições.

#### v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida/(dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Financiamento obtido	35.528.366	26.722.385	28.153.597
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.640.515	7.676.781	6.400.742
Endividamento Líquido	26.887.851	19.045.604	21.752.855
Capital Próprio	131.244.106	129.395.996	128.314.862
Rácio de alavancagem financeira	17,0%	12,8%	14,5%

O gearing permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

### vi) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogêneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias "on first demand", que, conforme divulgado em Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2013, quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os períodos findo em 30 de junho de 2014 e 2013 encontram-se divulgados na Nota 23.

Em 30 de junho de 2014, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 23.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

### 2.3 Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

30/06/2014	MOEDA	CÂMBIO FINAL JUN-14	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO JUN-14	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2013
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados
31/12/2013	MOEDA	CÂMBIO FINAL DEZ-13	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO DEZ-13	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2012
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

### 3. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são como se segue:

EMPRESAS	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA	
	JUN-14	DEZ-13
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa-Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	98,40%	98,39%
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda..	-	100,00%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 - "Demonstrações financeiras consolidadas e individuais" (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa).

No semestre verificou-se uma alteração da composição do perímetro de consolidação, derivada da alienação da participação da Movicargo - Movimentação Industrial, Lda..

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Numerário	115.781	118.683	152.577
Depósitos Bancários	8.524.158	7.556.847	6.246.191
Equivalentes a Caixa	576	1.251	1.974
	<b>8.640.515</b>	<b>7.676.781</b>	<b>6.400.742</b>

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 30 de junho de 2014 no montante de, aproximadamente, 68 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

## 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

30/06/2014	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ATIVO FIXO TANGÍVEL EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	16.867.925	91.144.133	57.516.232	43.398.838	7.546.027	4.167.209	2.379.299	223.019.663
Adições	-	264.675	59.463	15.357.802	33.105	33.069	1.383.992	17.132.106
Alienações e abates	-	(440.860)	(2.805)	(8.282.527)	-	-	-	(8.726.192)
Transferências	(121.830)	(925.388)	223.343	-	-	-	(328.775)	(1.152.650)
Saldo final em 30 de junho de 2014	16.746.095	90.042.560	57.796.233	50.474.113	7.579.132	4.200.278	3.434.516	230.272.927
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	-	58.171.836	53.041.445	26.102.086	7.275.882	3.858.400	-	148.449.649
Amortização do exercício	-	1.156.703	518.943	3.575.999	56.064	72.964	-	5.380.673
Alienações e abates	-	(435.569)	104	(2.727.223)	9	-	-	(3.162.679)
Transferências	-	(671.740)	-	-	-	-	-	(671.740)
Saldo final em 30 de junho de 2014	-	58.221.230	53.560.492	26.950.862	7.331.955	3.931.364	-	149.995.903
<b>Valor líquido</b>	<b>16.746.095</b>	<b>31.821.330</b>	<b>4.235.741</b>	<b>23.523.251</b>	<b>247.177</b>	<b>268.914</b>	<b>3.434.516</b>	<b>80.277.024</b>

30/06/2013	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ATIVO FIXO TANGÍVEL EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	16.637.519	92.320.133	59.550.699	48.497.032	7.691.874	4.085.013	2.435.357	231.217.627
Adições	48.907	31.337	171.682	9.298.558	13.729	22.243	261.624	9.848.080
Alienações e abates	(54.560)	(328.040)	(359.342)	(6.442.857)	(19.280)	(71.202)	-	(7.275.281)
Transferências	903.473	-	(159.820)	-	-	159.820	(903.473)	-
Saldo final em 30 de junho de 2013	17.535.339	92.023.430	59.203.219	51.352.733	7.686.323	4.195.874	1.793.508	233.790.426
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	-	57.824.400	53.876.907	25.042.359	7.343.297	3.663.815	-	147.750.778
Amortização do exercício	-	1.212.906	824.420	4.273.044	65.248	83.788	-	6.459.406
Alienações, abates e transferências	-	(325.827)	(487.732)	(2.862.255)	(19.280)	57.445	-	(3.637.649)
Saldo final em 30 de junho de 2013	-	58.711.479	54.213.595	26.453.148	7.389.265	3.805.048	-	150.572.535
<b>Valor líquido</b>	<b>17.535.339</b>	<b>33.311.951</b>	<b>4.989.624</b>	<b>24.899.585</b>	<b>297.058</b>	<b>390.826</b>	<b>1.793.508</b>	<b>83.217.891</b>

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas que se encontram ao serviço do Grupo, bem como a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo e para aluguer operacional a clientes.

O Grupo recorreu a 31 de dezembro de 2013 a entidades especializadas independentes de forma a determinar o justo valor de alguns dos seus Ativos Fixos Tangíveis para os quais, tendo em conta fatores internos e externos, existiam indícios de que poderiam estar escriturados por um valor superior ao seu justo valor.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

A 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

	JUN-14		
	VALOR BRUTO	A. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	14.034.646	3.491.525	10.543.121

	DEZ-13		
	VALOR BRUTO	A. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	11.869.238	3.993.422	7.875.816

## 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os proveitos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros rendimentos operacionais” e ascenderam a 1.501.319 Euros no período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 (1.344.872 Euros em 30 de junho de 2013) (Nota 29).

De acordo com avaliações externas reportadas a 31 de dezembro de 2012, efetuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 47 milhões de Euros.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013, pode ser detalhado como se segue:

IMÓVEL	LOCAL	JUN-14		DEZ-13		JUN-13	
		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO
Instalações Fabris	V.N. Gaia	1.340.010	9.048.000	1.398.655	9.048.000	806.092	9.048.000
Instalações Fabris	Carregado	6.049.916	23.828.000	6.096.935	23.828.000	6.143.955	20.928.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	1.198.613	6.003.000	1.324.087	6.003.000	1.301.855	6.003.000
Instalações Comerciais	Vários locais	2.861.761	6.549.400	2.617.542	6.549.400	2.719.943	5.335.400
Terrenos não utilizados	Vários locais	3.525.476	4.339.000	3.525.476	4.339.000	3.505.492	4.446.000
Terrenos	Porto	121.830	-	-	-	-	-
Outros		1.599.189	3.200.000	1.540.030	3.200.000	1.273.453	1.247.000
		<b>16.696.796</b>	<b>52.967.400</b>	<b>16.502.727</b>	<b>52.967.400</b>	<b>15.750.790</b>	<b>47.007.400</b>

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento, que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2013, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada nos exercícios de 2013 por entidades especializadas independentes (modelos do Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela Empresa a 31 de dezembro de 2013 para os demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2013, à inexistência de sinistros relevantes em 2013 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção das Administrações de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2013, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2012.

Em 30 de junho de 2014 são divulgados os valores de avaliação a 31 de dezembro de 2013 por se entender que, dada a inexistência generalizada de grandes obras em 2014, à inexistência de sinistros relevantes em 2014 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, não haverá alteração significativa ao justo valor destes imóveis.

O movimento da rubrica "Propriedades de investimento" em 30 de junho de 2014 e 2013 foi como se segue:

#### 30/6/2014

VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.879.302	34.996.495	44.875.797
Transferências	121.830	1.030.819	1.152.648
Alienação	-	(48.471)	(48.471)
<b>Saldo final</b>	<b>10.001.131</b>	<b>35.978.843</b>	<b>45.979.974</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	28.373.070	28.373.070
Aumentos	-	286.839	286.839
Alienação	-	(48.471)	(48.471)
Transferências	-	671.740	671.740
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>29.283.178</b>	<b>29.283.178</b>

30/6/2013

VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.384.013	31.950.557	41.334.570
Alienação	-	(49.299)	(49.299)
<b>Saldo final</b>	<b>9.384.013</b>	<b>31.901.258</b>	<b>41.285.271</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	25.331.784	25.331.784
Aumentos	-	251.801	251.801
Alienação	-	(49.229)	(49.229)
Transferências	-	125	125
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>25.534.481</b>	<b>25.534.481</b>

A transferência ocorrida em 2014 deve-se à reclassificação de ativo fixo tangível para propriedade de investimento de imóveis que se encontram arrendados.

## 7. GOODWILL

Durante o período findo em 30 de junho de 2014 e 2013 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica "Goodwill".

A rubrica "Goodwill" diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da antiga filial Movicargo cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O Goodwill não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do Goodwill com uma periodicidade anual.

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

30/06/2014	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	140.816	81.485	1.868.422	12.374	2.103.097
Adições	-	-	-	14.811	14.811
Transferências e abates	-	-	-	(6.187)	(6.187)
Saldo final em 30 de junho de 2014	140.816	81.485	1.868.422	20.998	2.111.721
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	117.328	81.485	1.320.209	-	1.519.022
Amortização do exercício	11.648	-	70.515	-	82.163
Alienações, abates e transferências	(196)	-	(3)	-	(199)
Saldo final em 30 de junho de 2014	128.780	81.485	1.390.721	-	1.600.986
<b>Valor líquido</b>	<b>12.036</b>	<b>-</b>	<b>477.701</b>	<b>20.998</b>	<b>510.735</b>

30/06/2013	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	140.817	81.485	2.016.656	1.188	2.240.146
Adições	-	-	5.000	12.373	17.373
Saldo final em 30 de junho de 2013	140.817	81.485	2.021.656	13.561	2.257.519
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	94.423	81.485	1.328.389	-	1.504.297
Amortização do exercício	11.648	-	73.434	-	85.082
Alienações, abates e transferências	(194)	-	(1.466)	-	(1.660)
Saldo final em 30 de junho de 2013	105.877	81.485	1.400.357	-	1.587.719
<b>Valor líquido</b>	<b>34.940</b>	<b>-</b>	<b>621.299</b>	<b>13.561</b>	<b>669.800</b>

## 9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

### 9.1. INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013 os movimentos ocorridos na rubrica “Investimentos disponíveis para venda” foi como se segue:

	NÃO CORRENTES		
	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA:			
Justo valor em 1 de janeiro	3.341.376	3.181.038	3.181.038
Aquisições durante o período	-	2.100	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	38.659	158.238	78.713
Justo valor na data de referência	3.380.035	3.341.376	3.259.751

A 30 de junho de 2014, os “Investimentos disponíveis para venda” decompõem-se da seguinte forma:

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado C imóvel: 3.313.299 Euros - referem-se a 580.476 Unidades de Participação do C imóvel - Fundos de Investimento Imobiliários, S.A., estando as mesmas registadas pelo seu justo valor a 30 de junho de 2014. De referir que o custo de aquisição das referidas unidades de participação ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 299.352 Euros, que reflete a valorização subsequente do mesmo;

Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 do registo dos “Investimentos disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	JUN-14	JUN-13
Varição no justo valor	38.659	78.713
	38.659	78.713

## 10. INVENTÁRIOS

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	4.186.945	2.634.224	5.783.511
Produtos e Trabalhos em Curso	928.698	560.642	1.548.657
Produtos Acabados e Intermédios	1.987.870	668.429	3.738.362
Mercadorias	43.731.718	40.766.744	31.542.855
	50.835.231	44.630.039	45.613.385
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 23)	(1.630.284)	(1.336.902)	(1.593.922)
	<b>49.204.947</b>	<b>43.293.137</b>	<b>41.019.463</b>

O custo das vendas, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foi apurado como se segue:

	JUN-14			JUN-13		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	40.766.744	2.634.224	43.400.968	36.870.898	5.149.542	42.020.440
Compras Líquidas	91.958.334	12.984.394	104.942.728	69.085.631	7.940.464	77.026.095
Existências Finais	(43.731.718)	(4.186.945)	(47.918.663)	(31.542.855)	(5.783.511)	(37.326.366)
	<b>88.993.360</b>	<b>11.431.673</b>	<b>100.425.033</b>	<b>74.413.674</b>	<b>7.306.495</b>	<b>81.720.169</b>

A variação da produção nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foi apurada como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	JUN-14	JUN-13
Existências finais	2.916.568	5.287.019
Regularização de existências	-	(1.484)
Existências iniciais	(1.229.071)	(4.580.505)
<b>Total</b>	<b>1.687.497</b>	<b>705.030</b>

## 11. CLIENTES

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES			ATIVOS NÃO CORRENTES		
	JUN-14	DEZ-13	JUN-13	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Cientes, conta corrente	52.072.881	44.132.891	44.597.913	531.917	521.364	101.435
Cientes, letras a receber	-	-	10.855	-	-	-
Cientes cobrança duvidosa	10.822.022	10.863.083	9.879.457	-	-	-
	62.894.903	54.995.974	54.488.225	531.917	521.364	101.435
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 23)	(10.593.294)	(10.634.355)	(11.880.914)	-	-	-
	<b>52.301.609</b>	<b>44.361.619</b>	<b>42.607.311</b>	<b>531.917</b>	<b>521.364</b>	<b>101.435</b>

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A. e da Toyota Caetano Portugal, no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 7 anos, e se encontram a vencer juros).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível essencialmente às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

### ANTIGUIDADE DE CONTAS A RECEBER

#### Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade

30/06/2014	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	28.991.508	2.360.925	1.304.356	14.262.910	46.919.699
Funcionários	-	19.146	26.727	257.844	303.717
Concessionários Independentes	5.073.866	161.702	106.301	39.513	5.381.382
<b>Total</b>	<b>34.065.374</b>	<b>2.541.773</b>	<b>1.437.384</b>	<b>14.560.267</b>	<b>52.604.798</b>

31/12/2013	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	22.710.684	1.791.177	1.002.193	13.191.687	38.695.741
Funcionários	-	1.483	-	587.690	589.173
Concessionários Independentes	5.116.939	155.514	43.191	53.697	5.369.341
<b>Total</b>	<b>27.827.623</b>	<b>1.948.174</b>	<b>1.045.384</b>	<b>13.833.074</b>	<b>44.654.255</b>

**Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade**

30/06/2014	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cobrança Duvidosa	-	-	-	10.822.022	10.822.022
<b>Total</b>	-	-	-	10.822.022	10.822.022

31/12/2013	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cobrança Duvidosa	-	-	-	10.863.083	10.863.083
<b>Total</b>	-	-	-	10.863.083	10.863.083

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

**12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS**

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES			ATIVOS NÃO CORRENTES		
	JUN-14	DEZ-13	JUN-13	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Adiantamentos a fornecedores	554.639	815.462	395.801	-	-	-
Outros devedores	5.839.613	5.670.563	5.743.199	-	-	313.000
	<b>6.394.252</b>	<b>6.486.025</b>	<b>6.139.000</b>	-	-	<b>313.000</b>

A rubrica "Outras dívidas de terceiros" inclui o montante de, aproximadamente, 3,4 Milhões de Euros (3,4 Milhões de Euros em 31 de dezembro de 2013) que corresponde a adiantamentos efetuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da atividade de retalho automóvel os quais foram integralmente faturados em exercícios anteriores, sendo que o montante a receber se estima que venha a ser suportado por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui, em 30 de junho de 2014, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A. (800.000 Euros em 31 de dezembro de 2013).

Finalmente, refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 957.989 Euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (937.500 Euros em 31 de dezembro de 2013).

### 13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS:			
Rappel	489.336	263.683	100.292
Reclamações de Garantia	199.370	249.204	359.679
Comparticipação em Frotas e Campanhas e Bónus fornecedores	281.257	140.707	600.207
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	155.434	136.274	114.041
Juros a receber	153.211	15.245	14.820
Cedência de Pessoal	29.686	34.838	112.815
Seguros	-	-	20.521
Fee's a debitar	-	71.057	20.777
Outros	267.896	106.849	230.356
<b>Total</b>	<b>1.576.190</b>	<b>1.017.857</b>	<b>1.573.508</b>
GASTOS A RECONHECER:			
Seguros	343.273	171.823	351.490
Rendas	90.519	67.223	64.296
Trabalhos especializados	96.290	-	-
Juros	10.943	-	162.371
Encargos com garantias bancárias	772	-	13.187
Fundo de Pensões	-	-	48.745
Outros	290.634	68.646	266.516
<b>Total</b>	<b>832.432</b>	<b>307.693</b>	<b>906.604</b>
<b>Total</b>	<b>2.408.622</b>	<b>1.325.550</b>	<b>2.480.112</b>

## 14. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O detalhe e movimento no semestre dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 30 de junho de 2014 e 2013, podem ser resumidos como se segue:

30/06/2014	DEZ-13	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	JUN-14
Impostos diferidos ativos:				
Perdas por imparidade constituídas e não aceites como custos fiscais	447.049	-	-	447.049
Prejuízos fiscais reportáveis	1.758.647	-	-	1.758.647
Margem intragrupo	615.369	(329.097)	-	286.272
Anulação de gastos a reconhecer	6.793	-	-	6.793
Valorização de instrumentos derivados	44.033	11.700	-	55.733
	<b>2.871.892</b>	<b>(317.397)</b>	<b>-</b>	<b>2.554.495</b>
Passivos por impostos diferidos :				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(902.133)	-	-	(902.133)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de ativo fixo tangível	(233.602)	-	-	(233.602)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(44.077)	-	-	(44.077)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(11.299)	-	-	(11.299)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898.732)	-	-	(898.732)
	<b>(2.089.843)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.089.843)</b>
<b>Efeito líquido (Nota 25)</b>		<b>(317.397)</b>	<b>-</b>	

30/06/2013	DEZ-12	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	JUN-13
Impostos diferidos ativos:				
Perdas por imparidade constituídas e não aceites como custos fiscais	735.612	-	-	735.612
Prejuízos fiscais reportáveis	1.825.674	-	-	1.825.674
Margem intragrupo	686.150	26.807	-	712.957
Anulação de gastos a reconhecer	18.521	-	-	18.521
Valorização de instrumentos derivados	174.971	(84.060)	-	90.911
	<b>3.440.928</b>	<b>(57.253)</b>	<b>-</b>	<b>3.383.675</b>
Passivos por impostos diferidos :				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.077.444)	-	-	(1.077.444)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de ativo fixo tangível	(310.448)	-	-	(310.448)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(95.267)	-	-	(95.267)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(18.334)	-	-	(18.334)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(997.679)	-	-	(997.679)
	<b>(2.499.172)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.499.172)</b>
<b>Efeito líquido (Nota 25)</b>		<b>(57.253)</b>	<b>-</b>	

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais obtidos em Portugal o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:

- i) Prejuízos fiscais gerados até 31 de dezembro de 2009: 6 anos;
- ii) Prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011: 4 anos;
- iii) Prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013: 5 anos;
- iv) Prejuízos fiscais gerados a partir de 1 de janeiro de 2014: 12 anos.

Em 30 de junho de 2014 o detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

COM LIMITE DE DATA DE UTILIZAÇÃO:	ATIVOS NÃO CORRENTES		
	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
<b>GERADOS EM 2011</b>			
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	2.127.585	506.297	2015
<b>GERADOS EM 2012</b>			
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	5.391.483	1.240.039	2017
<b>GERADOS EM 2013</b>			
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	53.524	12.311	2018
	<b>7.572.592</b>	<b>1.758.647</b>	

A partir de 2012 (inclusive) a dedução de prejuízos fiscais reportados, apurados em exercícios anteriores ou em curso (i.e., compreende todos prejuízos reportados identificados nas alíneas i), ii) e iii) acima) está limitada a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício e a partir de 2014 (inclusive) está limitada a 70% do lucro tributável apurado em cada exercício. Esta situação obriga à avaliação anual do montante de imposto diferido passível de ser recuperado nos prazos acima indicados.

Em 30 de junho de 2014 e 2013 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

PAÍS ORIGEM DA FILIAL:	TAXA DE IMPOSTO	
	JUN-14	JUN-13
Portugal	24,5% - 23%	26,5% - 25%
Cabo Verde	25,5%	25,5%

As empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2010 a 2013 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

## 15. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de junho de 2014, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A. 60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA 27,00%

### Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 24 de abril de 2014, não foi pago qualquer dividendo.

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

### Reservas de conversão

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

### Outras reservas

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

## 16. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

O movimento desta rubrica durante os períodos findos em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013 foi como se segue:

	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.646.250	812.346	812.346
Varição resultante da aquisição dos restantes 50% de participação na Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., SA	-	897.056	-
Outros	(1.529)	(80)	(3.387)
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	(5.214)	(63.072)	(75.092)
	<b>1.639.507</b>	<b>1.646.250</b>	<b>733.867</b>

A decomposição do valor por empresa subsidiária consolidada integralmente nas Demonstrações Financeiras apresentadas é como se segue:

SUBSIDIÁRIA	% INC	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), SA	0,02%	4.046	(3)
Caetano Auto CV, SA	18,76%	1.087.474	4.926
Caetano Renting, SA	0,02%	366	(58)
Caetano - Auto, SA	1,60%	547.621	(10.078)
		<b>1.639.507</b>	<b>(5.214)</b>

O resumo da informação financeira a 30 de junho de 2014 das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

RUBRICA	CAETANO AUTO	CAETANO RENTING	SALTANO	CAETANO AUTO CV
Ativo Não Corrente	52.769.689	12.696.942	21.484.440	1.557.605
Ativo Corrente	52.990.577	3.315.509	2.060.513	4.877.482
<b>Total Ativo</b>	<b>105.760.266</b>	<b>16.012.452</b>	<b>23.544.953</b>	<b>6.435.087</b>
Passivo Não Corrente	5.187.583	200.014	-	-
Passivo Corrente	64.417.461	13.727.724	3.544.229	680.975
<b>Capital Próprio</b>	<b>36.155.222</b>	<b>2.084.714</b>	<b>20.000.724</b>	<b>5.754.112</b>
Vendas e Prestações de Serviços	78.160.138	1.558.593	-	3.898.856
Resultados Operacionais	(326.361)	(191.785)	(2.248)	25.099
Resultados Financeiros	(51.997)	(101.827)	69	(23)
Impostos	(136.868)	-	-	-
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(515.226)</b>	<b>(293.611)</b>	<b>(2.179)</b>	<b>25.076</b>

## 17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho 2013 os financiamentos obtidos tinham o seguinte detalhe:

	JUN-14			DEZ-13			JUN-13		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos Bancários	19.242.105	6.973.683	26.215.788	11.842.105	7.894.737	19.736.842	11.842.105	8.815.790	20.657.895
Locações	1.603.046	7.143.804	8.746.850	1.199.385	4.968.124	6.167.509	1.194.568	4.824.496	6.019.064
Descobertos Bancários	20.372	-	20.372	-	-	-	177.658	-	177.658
Outros empréstimos	545.356	-	545.356	545.356	272.678	818.034	628.689	670.291	1.298.980
	<b>21.410.879</b>	<b>14.117.487</b>	<b>35.528.366</b>	<b>13.586.846</b>	<b>13.135.539</b>	<b>26.722.385</b>	<b>13.843.020</b>	<b>14.310.577</b>	<b>28.153.597</b>

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respetivas condições, é como se segue:

DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	30/06/2014			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
<b>Não corrente</b>				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	6.973.683	6.973.683	22-06-2012	5 anos
	6.973.683	6.973.683		
<b>Corrente</b>				
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000		
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Descobertos bancários	20.372	7.500.000		
Subsídio reembolsável	545.356	545.356	30-01-2009	6 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal		10.000.000	30-07-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	2.500.000	9.200.000	23-05-2014	1 ano
Toyota Caetano Portugal	4.900.000	7.000.000	27-12-2012	4 anos
Caetano Auto		9.800.000	29-08-2007	7 anos
	19.807.833	60.887.461		
	<b>26.781.516</b>	<b>67.861.144</b>		

DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	31-12-2013			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
<b>Não corrente</b>				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	7.894.737	7.894.737	22-06-2012	5 anos
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	272.678	272.678	30-01-2009	6 anos
	8.167.415	8.167.415		
<b>Corrente</b>				
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000		
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Descobertos bancários	-	7.500.000		
Subsídio reembolsável	545.356	545.356	30-01-2009	6 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal		10.000.000	30-07-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal		7.000.000	27-12-2012	5 anos
Caetano Auto		9.800.000	29-08-2007	7 anos
	12.387.461	51.687.461		
	<b>20.554.876</b>	<b>59.854.876</b>		

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (nota 35):

- Empréstimos - mútuo: 8.815.788
- Papel Comercial: 9.800.000

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1% e 6,5%.

Com o encerramento do projeto da candidatura n.º 00/07099 no âmbito do programa SIME A junto da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.) foi concedido um incentivo reembolsável com o seguinte plano de amortização:

JUN-14	2014	TOTAL
Subsídio reembolsável:		
Amortização	545.356	545.356
	<b>545.356</b>	<b>545.356</b>

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO					TOTAL	TOTAL
			2016	2017	2018	> 2019	TOTAL		
2028278	Instalações comerciais								
	Capital	93.914	94.838	95.780	96.730	365.773	653.121	747.035	
	Juros	6.956	6.024	5.083	4.132	6.840	22.079	29.035	
559769	Instalações comerciais								
	Capital	60.557	60.841	61.282	61.725	713.652	897.500	958.057	
	Juros	6.707	6.270	5.830	5.387	28.078	45.565	52.272	
626064	Instalações comerciais								
	Capital	147.204	152.439	157.861	163.476	1.153.886	1.627.663	1.774.867	
	Juros	59.172	53.936	48.515	42.900	127.670	273.021	332.193	
Diversos	Equipamento Industrial								
	Capital	1.301.372	1.395.851	949.222	782.984	837.463	3.965.520	5.266.891	
	Juros	264.311	296.804	125.885	71.028	17.306	511.023	775.333	
	<b>Total Capital</b>	<b>1.603.046</b>	<b>1.703.970</b>	<b>1.264.144</b>	<b>1.104.915</b>	<b>3.070.775</b>	<b>7.143.804</b>	<b>8.746.850</b>	
	<b>Total Juros</b>	<b>337.146</b>	<b>363.035</b>	<b>185.312</b>	<b>123.447</b>	<b>179.895</b>	<b>851.688</b>	<b>1.188.834</b>	

#### Maturidade da dívida

As maturidades dos financiamentos existentes em 30 de junho de 2014 são as seguintes:

	2015	2016	2017	2018	> 2019	TOTAL
Empréstimos - mútuo	1.842.105	3.684.209	3.289.474	-	-	8.815.788
Descobertos Bancários	20.372	-	-	-	-	20.372
Papel comercial	7.400.000	-	-	-	-	7.400.000
Contas correntes caucionadas	10.000.000					10.000.000
Locações Financeiras	1.603.046	1.703.970	1.264.144	1.104.915	3.070.775	8.746.850
Subsídios reembolsáveis	545.356	-	-	-	-	545.356
<b>Total financiamentos</b>	<b>21.410.879</b>	<b>5.388.179</b>	<b>4.553.618</b>	<b>1.104.915</b>	<b>3.070.775</b>	<b>35.528.366</b>

## 18. FORNECEDORES

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades são liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

## 19. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES		
	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Acionistas	12.761	19.001	25.942
Adiantamentos de Clientes	592.111	1.033.267	553.021
Outros Credores	563.311	567.701	1.538.995
	<b>1.168.183</b>	<b>1.619.969</b>	<b>2.117.958</b>

## 20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013, a presente rubrica decompõe-se do seguinte modo:

	ATIVOS CORRENTES		
	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Estado e outros Entes Públicos:			
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.031.240	7	1.035.996
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto estimado) (Nota 25)	(240.091)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto recuperar)	48.149	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (RETGS)	583.119	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	501.103		
	<b>1.923.520</b>	<b>7</b>	<b>1.035.996</b>

	PASSIVOS CORRENTES		
	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Estado e outros Entes Públicos:			
Retenção de impostos sobre o Rendimento	391.952	345.879	391.220
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5.674.371	4.556.146	5.480.215
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto estimado) (Nota 25)	-	458.641	453.168
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto recuperar)	-	-	(48.149)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (RETGS)	-	-	(100.080)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	-	(1.107.197)	(653.013)
Imposto Automóvel	-	-	1.275.918
Direitos aduaneiros	-	-	93.463
Contribuições para a Segurança Social	739.143	603.097	734.801
Outros	263.359	210.557	238.118
	<b>7.068.825</b>	<b>5.067.123</b>	<b>7.865.660</b>

## 21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	PASSIVOS CORRENTES		
	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Credores por Acréscimos de gastos			
Encargos com férias e subsídios de férias	6.940.841	4.587.247	6.345.422
Campanhas publicitárias e promoção vendas	994.031	1.896.855	1.202.397
Especialização de custos afectos a viaturas vendidas	1.451.194	1.570.854	575.875
Comissões a liquidar	639.919	328.089	291.069
Antecipação de encargos com FSE's	493.031	605.678	382.035
Custos de aprovisionamento	490.778	503.227	395.406
Seguros a liquidar	424.314	239.433	359.488
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	320.307	313.825	206.382
Reclamações de garantia	236.052	-	140.298
Juros a liquidar	200.382	152.852	32.547
Rendas	183.703	121.200	95.678
Royalties	107.264	62.275	42.380
Contribuição Autárquica/IMI	96.562	89.028	98.391
Trabalhos especializados	44.087	-	10.527
Encargos de rappel atribuíveis a entidades gestoras de frotas	1.038.004	1.247.227	624.637
Outros	1.175.627	433.061	1.441.293
	<b>14.836.098</b>	<b>12.150.850</b>	<b>12.243.825</b>
Rendimentos a reconhecer			
Contratos de Manutenção / Assistência	1.078.237	322.145	695.629
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	895.177	743.862	938.940
Subsídio ao investimento	521.728	525.802	543.402
Juros debitados a clientes	-	5.472	-
Outros	67.225	267.636	353.375
	<b>2.562.367</b>	<b>1.864.917</b>	<b>2.531.346</b>
<b>Total</b>	<b>17.398.465</b>	<b>14.015.767</b>	<b>14.775.171</b>

## 22. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995 e 23 de dezembro de 2002.

Em 30 de junho de 2014, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF - Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrita foi enviado em 18 de dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi rececionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados em 2013 pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 0%, 0% e 4,5%, respetivamente. A esta data foram utilizados os pressupostos conforme 31 de dezembro de 2013.

A 31 de dezembro de 2013, as responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e a situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	2013
Valor da responsabilidade	29.059.458
Valor do fundo	28.855.219

## 23. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foi o seguinte:

### 30/06/2014

RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	VARIAÇÕES DE PERÍMETRO	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 9)	1.781.995	-	-	-	-	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	10.634.355	159.041	(548)	(200.102)	548	10.593.294
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.336.902	293.383	-	-	(1)	1.630.284
Provisões	323.422	41.514	-	-	(54.224)	310.712

### 30/06/2013

RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 9)	1.781.995	-	-	-	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	11.878.914	-	-	2.000	11.880.914
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.765.086	36.598	(207.762)	-	1.593.922
Provisões	315.464	44.625	-	(33.725)	326.364

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013, o detalhe da rubrica "Provisões" é como se segue:

	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Provisão para garantias	110.698	123.410	126.350
Processos Judiciais em curso	200.014	200.014	200.014
	310.712	323.424	326.364

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo existentes em 30 de junho de 2014 respeitam a:

### Swaps Taxa de Juro

Trata-se de instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (cash flow hedges), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 30 de junho de 2014 era negativo em 163.674 Euros (em 30 de junho de 2013 era negativo em 287.399 Euros) e compreende à data de Balanço uma exposição total de 8,8 Milhões de Euros desde 22 de junho de 2014 pelo prazo remanescente de 4 anos a contar desde 26 de junho de 2012.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 30 de junho de 2014 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados (nível 2 de hierarquia de justo valor conforme parágrafo 27-A da IFRS 7 - inputs indiretamente observáveis no mercado).

Apresenta-se, em seguida, um quadro-resumo com as principais características dos referidos contratos:

DERIVADO	TAXA SWAP	TAXA A RECEBER	TIPO	JUSTO VALOR		VARIÇÃO EM RESULTADO
				JUN-14	DEZ-13	
Swap taxa de juro BBVA	1,1000%	Euribor 3M	Negociação	(163.674)	(119.522)	(44.152)

É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

## 25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2014 e 2013 são detalhados como se segue:

	JUN-14	JUN-13
Insuficiência de estimativa de imposto	1.429	1.141
Excesso de estimativa de imposto	(24.652)	(157.363)
Estimativa de imposto do período (Nota 20)	240.091	453.168
RETGS	(74.957)	-
Imposto diferido (Nota 14)	317.397	57.253
	<b>459.308</b>	<b>354.199</b>

## 26. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ATIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013, foi como se segue:

MERCADO	JUN-14		JUN-13	
	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	115.202.165	90,46%	96.731.016	90,01%
Bélgica	6.244.826	4,90%	5.178.348	4,82%
Palop's	5.568.397	4,37%	4.682.757	4,36%
Reino Unido	49.468	0,04%	63.992	0,06%
Espanha	27.543	0,02%	236.446	0,22%
Alemanha	364	0,00%	155.437	0,14%
Outros Mercados	256.296	0,20%	419.231	0,39%
	<b>127.349.059</b>	<b>100,00%</b>	<b>107.467.227</b>	<b>100,00%</b>

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por atividade é como se segue:

ATIVIDADE	JUN-14		JUN-13	
	VALOR	%	VALOR	%
Veículos	95.366.293	74,89%	74.814.567	69,62%
Peças	22.504.876	17,67%	23.342.817	21,72%
Reparações	7.511.985	5,90%	6.849.896	6,37%
Outros	1.965.905	1,54%	2.459.947	2,29%
	<b>127.349.059</b>	<b>100,00%</b>	<b>107.467.227</b>	<b>100,00%</b>

## 27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

	JUN-14	JUN-13
SUBCONTRATOS	918.219	877.084
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	6.378.057	7.776.404
Trabalhos especializados	2.183.727	2.487.438
Publicidade e propaganda	2.928.070	3.928.431
Vigilância e segurança	230.110	247.937
Honorários	382.883	409.485
Comissões	69.343	78.487
Conservação e reparação	583.924	624.626
MATERIAIS	276.423	252.824
ENERGIA E FLUIDOS	1.478.828	1.399.265
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	984.391	819.349
Deslocações e estadas	530.020	458.487
Transportes de pessoal	46.130	47.396
Transportes de mercadorias	408.241	313.466
SERVIÇOS DIVERSOS	5.798.690	5.883.514
Rendas e alugueres	1.400.300	1.181.967
Comunicação	400.725	367.765
Seguros	550.117	574.970
Royalties	171.187	125.938
Contencioso e notariado	15.847	19.121
Limpeza, higiene e conforto	273.816	286.397
Outros serviços	2.986.698	3.327.356
	<b>15.834.608</b>	<b>17.008.440</b>

## 28. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	JUN-14	JUN-13
Remunerações dos órgãos sociais	235.930	318.433
Remunerações do pessoal	13.115.035	12.149.912
Pensões	888.934	894.365
Indemnizações	113.774	409.868
Encargos sobre remunerações	2.986.177	3.001.447
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	202.502	184.016
Outros gastos com o pessoal	1.445.555	1.316.721
	<b>18.987.907</b>	<b>18.274.762</b>

### 28.1. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	JUN-14	JUN-13
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	235.930	318.433
Remuneração variável	-	-

### 28.2. Evolução do número médio de empregados

Durante os períodos de seis meses findos em junho de 2014 e 2013, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	JUN-14	JUN-13
Empregados	1.052	1.033
Assalariados	420	479
	<b>1.472</b>	<b>1.512</b>

## 29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 30 de junho de 2014 e 2013, as rubricas “Outros rendimentos operacionais” e “Outros gastos operacionais” tem a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	JUN-14	JUN-13
Aluguer de equipamento	4.770.457	4.605.342
Recuperação de garantias (Toyota)	2.757.071	4.457.234
Mais-valias na alienação de ativo fixo tangível	685.029	724.764
Trabalhos para a própria empresa	1.080.280	754.763
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	999.351	705.759
Serviços prestados	810.914	723.362
Subsídios à exploração	1.166.201	844.030
Recuperação de despesas rendas	183.355	382.452
Recuperação de despesas de transporte	183.823	163.295
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	1.014.484	1.140.385
Materiais de consumo	5.075	10.996
Rendimentos de Imóveis (Nota 6)	1.501.319	1.344.872
Outros	1.097.683	984.716
	<b>16.255.041</b>	<b>16.841.971</b>

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	JUN-14	JUN-13
Impostos	433.826	370.490
Dívidas incobráveis	573	1.417
Perdas em Inventários	(6.549)	(19.817)
Descontos pronto pagamento concedidos	4.348	1.915
Perdas nos restantes investimentos financeiros	11.047	-
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	767	93.271
Outros	505.683	527.884
Correções relativas a exercícios anteriores	28.323	43.258
Donativos	2.293	6.323
Quotizações	10.122	8.698
Ofertas e Amostras de inventários	-	-
Perdas em instrumentos financeiros	-	-
Multas e penalidades	29.430	1.415
Outros não especificados	435.515	468.190
	<b>949.695</b>	<b>975.160</b>

A rubrica de Outros gastos operacionais refere-se essencialmente a gastos com incentivos comerciais e bonificações.

### 30. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2014 e 2013, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

<b>GASTOS E PERDAS FINANCEIROS</b>	<b>JUN-14</b>	<b>JUN-13</b>
Juros Suportados	526.019	1.148.168
Outros gastos e perdas financeiros	172.444	351.745
	<b>698.463</b>	<b>1.499.913</b>

<b>RENDIMENTOS E GANHOS FINANCEIROS</b>	<b>JUN-14</b>	<b>JUN-13</b>
Juros Obtidos	112.649	172.772
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	-	317.209
	<b>112.649</b>	<b>489.981</b>

### 31. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do grupo a 30 de junho de 2014, a 31 de dezembro 2013 e a 30 junho de 2013:

DESCRIÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS			PASSIVOS FINANCEIROS		
	JUN-14	DEZ-13	JUN-13	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	163.674	119.522	287.399
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	3.380.035	3.341.376	3.259.751	-	-	-
Clientes	52.833.526	44.882.983	44.428.340	-	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - corrente	6.394.252	6.486.025	6.139.000	-	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - não corrente	-	-	313.000	-	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	1.923.520	7	1.035.996	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	35.528.366	26.722.385	28.153.597
Dívidas a Terceiros	-	-	-	1.168.183	1.619.969	3.837.552
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	-	7.068.825	5.067.123	7.865.660
Fornecedores	-	-	-	30.464.290	22.792.534	22.151.180
Caixa e Equivalentes a caixa	8.640.515	7.676.781	6.400.742	-	-	-
	<b>73.171.848</b>	<b>62.387.172</b>	<b>61.576.829</b>	<b>74.393.338</b>	<b>56.321.534</b>	<b>62.295.388</b>

## Instrumentos Financeiros ao Justo Valor

DESCRIÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS			PASSIVOS FINANCEIROS		
	JUN-14	DEZ-13	JUN-13	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	(163.674)	(119.522)	(287.399)
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	3.380.035	3.341.376	3.259.751	-	-	-
	<b>3.380.035</b>	<b>3.341.376</b>	<b>3.259.751</b>	<b>(163.674)</b>	<b>(119.522)</b>	<b>(287.399)</b>

## Classificação e Mensuração

DESCRIÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS		NÍVEL
	JUN-14	DEZ-13	JUN-14	JUN-13	
Fundo Cimóvel	3.313.298	-	-	-	1)
Diversos	-	66.736	-	-	3)
Swap taxa juro	-	-	-	(163.674)	2)

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 27-A da IFRS 7, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- a) nível 1 - preços cotados - ativos financeiros disponíveis para venda: 3.313.298 Euros (3.274.639 Euros em 2013);
- b) nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivados de negociação (swaps e forward): -163.674 Euros (-119.522 Euros em 2013);
- c) nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

## Impacto na Demonstração de Resultados Consolidada e no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	IMPACTO EM CAP. PRÓPRIO			IMPACTO EM RESULTADOS		
	JUN-14	DEZ-13	JUN-13	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	44.152	(485.085)	(317.209)
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	38.660	158.238	78.713	-	-	-
	<b>38.660</b>	<b>158.238</b>	<b>78.713</b>	<b>44.152</b>	<b>(485.085)</b>	<b>(317.209)</b>

## 32. LOCAÇÃO OPERACIONAL

PAGAMENTOS MÍNIMOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL	JUN-14	DEZ-13
Não mais de um ano	2.084.134	1.652.476
Mais de um ano e não mais de cinco	6.254.849	5.168.222
Mais de cinco	2.295.528	2.295.528
	<b>10.634.511</b>	<b>9.116.226</b>

## 33. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-Mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-Mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

EMPRESA RELACIONADAS	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		A.FTANGIVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUIS/ALIEN.	VENDAS	COMPRAS	GASTOS	RENDIMENTOS
Amorim Brito & Sardinha Lda.	219	-	-	-	-	-	-	-	-
Atlântica	5.111	-	-	-	-	-	-	-	-
Auto Partner Imobiliária, S.A.	-	127.537	-	-	-	-	129.274	-	-
Cabo Verde Rent-A-Car, Lda.	161.626	3.939	34.161	-	-	1.386	64.086	-	-
Caetano Active (Sul),Lda.	3.774	17.523	1.243	7.569	-	-281	3.425	-	-
Caetano Aeronautic	55.900	-	1.517	-	-	11.115	-	-	24
Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	768.016	235.876	1.643.770	169.720	-22.672	-1.321	60.723	121.705	6.876
Caetano City a Active (Norte) S.A.	28.947	9.627	23.737	5.365	-	9.953	-	-	16.904
Caetano Drive Sport Urban (Norte) S.A.	358.076	293.914	32.384	44.074	-110.308	22.561	106.369	-	91.376
Caetano Equipamentos Moçambique	86	-	-	-	-	-	-	-	-
Caetano Fórmula (Norte), S.A.	51.362	158.776	19.450	124.527	52.414	19.545	-7.409	-	26.059
Caetano Fórmula East África, S.A.	128	-	-	-	-	-	-	-	-
Caetano Motors , S.A.	118.214	691	12.543	-	-16.699	564	11.666	-	82.861
Caetano One CV, Lda.	82.383	418	17.289	-	-	2.446	-	-	12.597
Caetano Parts, Lda.	235.029	1.649.410	747.758	2.373.193	-	1.123	9.948	-	94.090
Caetano Power S.A.	150.270	360.531	7.111	19.122	276.665	6.761	-	-	81.938
Caetano Retail S.G.P.S., S.A.	10.421	27.512	41	-	-	557	6.813	-	-
Caetano Spain, S.A.	371.074	648	-	-	-	-	-	-	-
Caetano Star (Sul) S.A.	53.184	138.565	13.144	49.645	-	5.835	20.396	-	861
Caetano Technik E Squadra, Lda.	137.051	13.492	27.322	370	-14.466	27.850	4.242	-	78.201

EMPRESA RELACIONADAS	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		A.FTANGIVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUIS./ALIEN.	VENDAS	COMPRAS	GASTOS	RENDIMENTOS
Caetanobus-Fabricação de Carroçarias S.A.	9.708.044	308.864	105.208	35.963	-15.000	101.602	97.425	4.752	16.043
Caetsu S.A.	2.800	739.293	-	400	-	18.520	1.314.994	600	-
Carplus-Comércio Automoveis S.A.	207.257	50.870	47.998	39.643	-22.532	20.529	606	-	108.820
Cobus Industries	440	-	-	-	-	-	-	-	-
Cociga - Construções Cívicas de Gaia, S.A.	7.071	61.089	5.708	425	573.174	460	64.785	-	3.936
Dicuore-Decoração S.A.	57	-	-	-	-	427	-	-	-
Enp-Energias Renováveis Portugal, S.A.	4.035	10.339	-	-	359	5.317	7.684	4.640	-
Finlog - Aluguer e Comércio Auto, S.A.	1.750	35.236	90.458	-	-	-236	154.630	30.744	-
Fundação Salvador Caetano	964.802	43.304	-	-	-	-	-	-	-
Grupo Soares Da Costa	30.451	-	-	-	-	-	-	-	-
Guérin-Rent-A-Car(Dois), Lda.	1.583	140	-	-	-	-	50	140	-34
Hdicuore Design, Lda.	-	-	-	-	-	2.602	-	-	-
Ibericar Auto Nipon, S.A.	15.525	-	-	-	-	-	-	-	-
Ibericar Galicia Auto, S.I.	-	-	-	-	-359	-	-7.684	-4.640	-7.684
Ibericar Keldenich, S.I.	-	-	-	-	-	-	-19.450	-	-19.450
Island Rent	436	-	-	-	-	-	-	-	-
Lavorauto-Administração e Consultoria de Empresas, S.A.	-	170.504	-	-	-	-	15.299	-	-
Lidera	-	2.000	-	-	-	-	19.450	-	-
Lusiletra - Veículos e Equipamentos, S.A.	249.071	19.957	126.315	36.054	-	-	64.122	1.540	-
Luso Assistência	452	-	-	-	-	-	-	-	-
Mds Auto - Mediação Seguros S.A.	276	103.095	-	0	-	-	88.797	422.224	-
Movicargo, Lda.	301.901	154.568	-	10.372	-	-	22.184	148.665	-
Novaf - S.G.P.S.	19.500	-	-	-	-	-	-	-	-
Oeste Mar	111	-	-	-	-	-	-	-	-
Poal	17.806	-	-	-	-	-	-	-	-
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	465.158	-	69.425	-	-	6.751	6.369	-	206
Rarcon - Arquitectura e Consultoria, S.A.	-	12.733	-	-	49.859	-	63.090	-	349
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	68.262	802.858	321	-	852	127.179	1.794.439	-988	9.238
Robert Hudson Ltd.	9.262	-	417	-	-	-	-	-	-
Salvador Caetano Auto Africa, S.G.P.S., S.A.	811.923	-	-	-	-	-	-	-	-
Salvador Caetano Equipamentos S.A.	245	-	802	-	-	-	-	-	-
Simoga - Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	551	-	-	-	-	-	-	-	-
Spramo - Publicidade & Imagem, S.A.	-	681	-	-	-	-	-	-	-
Turispaiiva - Sociedade Turística Paivense, Lda.	224	-	-	-	-	-	-	-	-
Vas Africa	2.135	-	-	-	-	-	-	-	-
Vas Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	26.032	13.062	-	-	-	-	-	-	-
	<b>15.508.030</b>	<b>5.567.051</b>	<b>3.028.123</b>	<b>2.916.443</b>	<b>751.287</b>	<b>391.244</b>	<b>4.096.323</b>	<b>729.381</b>	<b>603.210</b>



## 35. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado:

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2013, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	JUN-14	DEZ-13	JUN-13
Por Créditos Abertos	203.597	73.194	211.942
Por Fianças Prestadas	2.500.000	4.000.000	11.397.714
	<b>2.703.597</b>	<b>4.073.194</b>	<b>11.609.656</b>

Dos montantes apresentados em 30 de junho de 2013, o montante de 8.080.910 Euros refere-se a caução prestada à Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

Na sequência de financiamentos contratados em 2012, no valor de 29,9 milhões de Euros, dos quais foram utilizados cerca de 19,5 milhões de Euros, encontrando-se, a esta data, por amortizar cerca de 8,8 milhões de Euros (ver detalhe nota 17), o Grupo concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contração dos referidos financiamentos, em cerca de 37,8 milhões de Euros.

### Liquidações de Impostos:

#### Toyota Caetano Portugal, S.A.

Relativamente à fiscalização efetuada aos exercícios de 2003 e 2004, foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cerca de 218.000 Euros por via de reclamação graciosa.

#### Caetano - Auto, S.A.

Em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 Euros, entretanto paga e reconhecida como gasto e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 Euros, entretanto paga e reconhecida como gasto, para a qual a Empresa elaborou contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 Euros, registada na rubrica "Outros gastos operacionais" em exercícios anteriores.

### Processos Judiciais em Curso:

#### Reclamação de indemnização por cessação de contrato de agência:

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do Agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal, tendo no entanto, o referido Agente apresentado recurso em setembro de 2011, aguardando-se nova decisão. Durante o exercício de 2012 foram apresentadas alegações e contra-alegações de recurso para o supremo Tribunal de Justiça.

Em 2013, a empresa foi notificada do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça tendo a pagar uma indemnização por danos indiretos e não patrimoniais. A esta indemnização serão deduzidos os valores a receber e respetivos juros relativos a um processo instaurado pela empresa contra o agente.

É convicção da Administração de que não resultarão responsabilidades para a empresa decorrentes do desfecho deste processo.

#### Impugnação Judicial de despedimento coletivo:

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que o processo de despedimento coletivo ocorrido em 2012 se encontra sustentado em motivos de mercado, estruturais e tecnológicos, razão pela qual não se espera que advenham quaisquer responsabilidades para o Grupo decorrentes do desfecho deste processo.

#### Informação relativa à área ambiental:

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o primeiro semestre de 2014.

#### Veículos em fim de vida:

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a "ValorCar - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.." - Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV - a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

### 36. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

RESULTADO	JUN-14	JUN-13
Básico	1.806.168	(998.184)
Diluído	1.806.168	(998.184)
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,052	(0,029)

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

### 37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de agosto de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Reis da Silva Ramos - Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos;

Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



05

RELATÓRIO  
E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos a apreciação do relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA, referentes ao 1º semestre de 2014 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

No desempenho das funções que nos foram atribuídas, procedemos, durante o período considerado, ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação por amostragem, dos respetivos registos.

Não tomámos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

Analisámos o relatório de Revisão Limitada elaborado pelo Auditor Registrado na CMVM sob o nº 9077, com o qual concordamos.

Assim sendo,

Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA, nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 246.º do Código de Valores Mobiliários afirmar que, tanto quanto e do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA, sendo que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, acontecimentos mais importantes, desempenho e posição do Grupo, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Nestes termos, somos do parecer que as demonstrações financeiras referentes ao período com termo em 30 de junho de 2014 refletem de forma precisa o resultado de todas as operações desenvolvidas no mesmo período pelo Grupo Toyota Caetano Portugal.

Vila Nova de Gaia, 28 de agosto de 2014

Jose Domingos da Silva Fernandes - Presidente

Alberto Luís Lema Mandim

Akito Takami



06

RELATÓRIO  
DE REVISÃO

# RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

## INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, da Toyota Caetano Portugal, S.A., incluída: no Relatório consolidado de gestão, na Demonstração consolidada da posição financeira (que evidencia um total de 225.436.464 Euros e um total de capital próprio de 131.244.106 Euros, o qual inclui interesses não controlados de 1.639.507 Euros e um resultado líquido de 1.811.382 Euros), na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na Demonstração consolidada do rendimento integral, na Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e na Demonstração consolidada de fluxos de caixa do período findo naquela data, e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

## RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (b) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva, lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

## ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu: principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

## PARECER

8. Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 contém distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia e que não seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS

10. Com base no nosso trabalho, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão não é concordante com a informação financeira consolidada do período.

28 de agosto de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.



Toyota Caetano Portugal, S.A.